

# A agricultura como agente de promoção da biodiversidade

Texto . Pedro Santos

Consulai (www.consulai.com)

O bem-estar humano é fortemente dependente dos serviços dos ecossistemas fornecidos gratuitamente pela natureza. Estes serviços incluem o abastecimento de água, a produção de alimentos, a reciclagem de nutrientes, o armazenamento de carbono e muitos outros. Estes serviços, reconhecidos como bens públicos não têm mercados nem preços, pelo que a perda de eficiência não é detetada pelo sistema económico que permanece inalterável a curto prazo. Não obstante, pressões resultantes do crescimento populacional, alterações nos hábitos alimentares, alterações climáticas e outros fatores são responsáveis por um declínio acentuado da biodiversidade. Como resultado, os ecossistemas vão sendo continuamente degradados. Apesar das múltiplas ligações entre ecossistemas e sistemas de produção agrícola, a realidade é que existe um distanciamento entre ambos na forma como se avaliam e se pensam estes temas. A falta de expressão económica que existe na sua relação é provavelmente a principal razão para este tipo de pensamento.

Na ausência de ecossistemas naturais os sistemas agrícolas irão sofrer e alterar-se significativamente. Esta é uma situação universal, quer se tratem de sistemas industriais/agricultura intensiva ou de sistemas tradicionais como os de produção biológica em pequena escala.

No futuro, e seguindo as tendências atuais, a agricultura terá de responder a pelo menos dois requisitos: garantir a viabilidade económica da terra arável, significando que a produtividade terá de aumentar, mantendo as funções ecológicas da biodiversidade essenciais para a produção. E em segundo lugar, a gestão da terra, que inclui os usos não agrícolas como são os habitats naturais, da melhor maneira possível.

O desenvolvimento de novos processos de gestão agrícola orientados para esta mudança de paradigma, podem dar um contributo significativo, por exemplo, utilizando técnicas de conservação do solo que se estendem à aplicação de agroquímicos de

**“No futuro, e seguindo as tendências atuais, a agricultura terá de responder a pelo menos dois requisitos: garantir a viabilidade económica da terra arável, significando que a produtividade terá de aumentar, mantendo as funções ecológicas da biodiversidade essenciais para a produção. E em segundo lugar, a gestão da terra, que inclui os usos não agrícolas como são os habitats naturais, da melhor maneira possível.**

uma forma que minimize os riscos para as plantas e animais, em linha com o que já acontece com algumas das medidas agro-ambientais. No entanto, a gestão da biodiversidade não se limita apenas à terra arável produtiva. Elas também podem e devem incluir locais como as margens da exploração pouco produtivas ou de produtividade marginal. A promoção e gestão destes espaços com a manutenção da vegetação espontânea, a instalação de plantas com valor ambiental, como plantas melíferas, medicinais (papel social) e outras estruturas ecológicas promotoras de insetos auxiliares, que além de terem um papel positivo na produção, proporcionam alimento para aves e mamíferos. Ações desta natureza podem ser implementadas nas mais diversas culturas, com custos marginais e que podem tirar partido dos recursos humanos e infraestruturas disponíveis em períodos do ano de menor atividade.

De alguns anos a esta parte têm sido propostas várias metodologias que procuram quantificar em termos económicos estas

interações. Se é verdade que o consumidor reconhece a importância do tema, remetendo para o agente agrícola a sua resolução, é igualmente verdade que, sem uma quantificação do valor, o estímulo para a gestão da biodiversidade estará comprometido, criando uma tensão entre o agente da terra e os restantes “stakeholders”.

A este respeito, a discussão da futura Política Agrícola Comum (PAC) é clara, estimulando os agricultores a desenvolverem novos processos de gestão compatíveis com o ambiente e clima. Este pacote de medidas consta do pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (vulgo “greening”) e terá um impacto no acesso às ajudas diretas que os agricultores possam eventualmente vir a beneficiar. Em termos gerais, até ao momento, a proposta de implementação do greening pede aos agricultores o seguinte:

1. Diversificação de culturas (um agricultor deve cultivar pelo menos duas culturas, quando sua terra arável superior a 10 hectares e pelo menos três culturas quando sua terra arável for superior a 30 hectares).
2. Manutenção de áreas de foco ecológico em pelo menos 5% da área arável (pode chegar a 7% em 2017) da exploração agrícola com áreas superiores a 15 hectares (excluindo pastagens permanentes) ou seja, margens, sebes, árvores, pousio, paisagem, biótopos, faixas de proteção, etc.

Uma melhor compreensão da interação entre produção, biodiversidade e impactos negativos (custos), permitirá reconhecer, demonstrar e capturar o valor dos serviços do ecossistema.

Desta forma seria possível estabelecer uma relação causa-efeito entre as ações de gestão da biodiversidade e a quantificação do seu valor e alcance, diluindo a subjetividade inerente à materialização dos benefícios sociais e ambientais que a sociedade exige, abrindo as portas à criação de um novo serviço agrícola remunerado, por exemplo, com um eco-pagamento. ☺